



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

Modalidade: Trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia

Docente homem na Educação Infantil: Uma investigação sobre sua ausência

VIEIRA, Vinicius dos Santos;¹
CRESPI, Livia²

Resumo:

O objetivo geral desta pesquisa é identificar possíveis motivações que levam os educadores homens a não estarem tão presentes na docência da Educação Infantil quanto as mulheres. A partir deste, foram traçados os seguintes objetivos específicos: compreender os indícios históricos sobre a docência, entender o conceito e a evolução histórica das questões de gênero e analisar a figura masculina na Educação Infantil. Este artigo caracteriza-se como uma pesquisa mista, de caráter qualitativo e quantitativo, sendo realizada a partir de estudos bibliográficos produzidos nos últimos dez anos e publicados na plataforma Capes, apresentando também, fundamentação teórica respaldada por autoras como Louro (1989-2011) e Scott (1995). Também foram analisados dados quantitativos apresentados no Censo Escolar dos anos de 2007, 2017 e 2023 sobre a prevalência de docentes mulheres e homens na Educação Infantil. O presente estudo, constata que na Educação, ainda ocorrem diversos estereótipos construídos socialmente e que afastam os homens da docência voltada às crianças de até cinco anos e onze meses.

Palavras chave: Professor homem. Gênero. Educação Infantil.

1 INTRODUÇÃO

Considerando que a Educação Infantil (EI) é a etapa inicial da Educação Básica e que atende crianças em um período crucial para o desenvolvimento humano, considerando não apenas sua aprendizagem, mas também o amadurecimento de aspectos emocionais, sociais e físicos, é de extrema importância compreender quem são os profissionais que nela atuam. A EI é um direito social da criança e um investimento no futuro da sociedade. Promover um ambiente de aprendizagem seguro e estimulante é essencial para garantir

¹Acadêmico de Licenciatura em Pedagogia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Farroupilha, e-mail vinicius.sv64@gmail.com

²Professora orientadora – atuante no curso de Licenciatura em Pedagogia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Farroupilha, e-mail livia.crespi@farroupilha.ifrs.edu.br



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

que todas as crianças tenham a oportunidade de se desenvolver plenamente e se tornarem cidadãos ativos e conscientes.

De acordo com o art. 29 da Lei de Diretrizes e Bases - LDB (BRASIL, 1996), a EI atende o público das crianças da faixa etária de zero a cinco anos e onze meses de idade, tendo como finalidade seu desenvolvimento integral em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. Além disso, o art. 31 da LDB (BRASIL, 1996, p. 22) indica que:

A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns: I – avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; II – carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; III – atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; IV – controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida a frequência mínima de 60% (sessenta por cento) do total de horas; V – expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança.

Sendo sua oferta de responsabilidade do Município a que pertence, podendo ser ofertada também em instituições de ensino privadas bem como aponta a LDB (BRASIL, 1996, p.13), em seu artigo 11 inciso V diz que:

Oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

A EI é norteadada por diversos documentos normativos como: LDB (BRASIL, 1996), Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI (BRASIL, 1998), Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil - DCNEI (BRASIL, 1999) e Base Nacional Comum Curricular - BNCC (BRASIL 2018).

Encontramos na LDB (BRASIL, 1996, p.42) no título VI, art. 62 que trata sobre a formação docente para atuar na Educação Básica os educadores deverão ter curso superior, em licenciatura, graduação plena, em universidades e institutos superiores de



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

educação, sendo admitida como formação mínima para exercício do magistério o Curso normal (Magistério) na EI e Anos Iniciais.

A BNCC (BRASIL, 2018) é o documento legal mais recente que orienta a ação pedagógica na EI. Conforme lê-se neste documento:

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica, a Educação Infantil é o início e o fundamento do processo educacional. A entrada na creche ou na pré-escola significa, na maioria das vezes, a primeira separação das crianças dos seus vínculos afetivos familiares para se incorporarem a uma situação de socialização estruturada.

O(a) educador(a) que atua na EI, tem seu fazer pedagógico marcado pelo binômio cuidar/educar dos bebês e crianças até os cinco anos e onze meses, estando comprometido(a) com seu bem-estar, higiene, segurança, socialização e desenvolvimento integral. Essas duas ações são conjuntas, visto que, enquanto o(a) professor(a) educa, está cuidando e enquanto cuida, está educando. Este é, pois, um “binômio indissociável constituindo um princípio na educação infantil que deve nortear a discussão sobre currículo para este nível de ensino” (MEC, 2009, p.12). Sendo assim,

Educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas que contribuam para o desenvolvimento das capacidades das crianças; e cuidar é considerar as necessidades quando observadas, ouvidas e respeitadas, atentando-se para os conhecimentos específicos sobre desenvolvimento biológico, emocional e intelectual das crianças, considerando as diferenças entre as realidades socioeconômicas e culturais. (MEC, 2009, p. 54)

Ao refletir sobre o histórico da profissionalização no Brasil é possível constatar um binarismo fixo e naturalizado, mostrando de um lado o masculino, e, de outro o feminino. Partindo do pressuposto que a EI seria vista como uma profissão majoritariamente feminina, pelo fato desta etapa da Educação Básica estar muito relacionada ao cuidado que historicamente relacionado às mulheres. Neste sentido, como nos indica Silva (2021, p. 205), ao ingressarmos em espaços da EI “fica claro que se trata de um lugar de atuação feminina, seja pela grande quantidade de profissionais mulheres ou pela presença das mães que levam e buscam seus filhos e suas filhas”.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

Vale ressaltar também as variações de nomes dos cargos que os profissionais de EI tiveram ao longo do tempo, dentre eles: jardineira, pajem, recreacionista, mãe-crecheira, auxiliar de desenvolvimento infantil, entre outras Silva (2021). Como parte das histórias destas palavras, muitas carregam consigo preconceitos, romantização da profissão e até mesmo a desqualificação dela, e talvez, por não se encaixarem nos estereótipos que se relacionam à estas nomenclaturas, ocorra a baixa presença de docentes homens na EI.

Neste contexto, problematiza-se a temática de gênero na EI pelo fato de associar-se o cuidado à maternagem, pois, o senso comum credita às mulheres o instinto de cuidar e maternar, o que tornaria mais fácil o convívio com as crianças pequenas, desconsiderando fatores como a paternidade, o cuidado e o afeto às crianças advindo de homens. Sendo essa uma verdade, ou não, fato é que os dados coletados pelo Censo Escolar da Educação Básica de 2023, apontam uma forte presença das mulheres na Educação Básica, em especial na EI e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Conforme o Censo Escolar de 2023, 2,4 milhões de docentes atuam na Educação Básica, sendo que deste total, 79,5% (1,9 milhão) eram mulheres. Além disso, este Censo registrou mais de 144 mil profissionais em cargos de direção, sendo 81,6% (cerca de 117 mil) diretoras, isso indica que as mulheres hoje, também são maioria em cargos de chefia no ambiente escolar (INEP, 2023).

A partir deste cenário, onde as mulheres, prevalecem, de fato, como docentes na EI, questiona-se quais os desafios enfrentados pelos professores homens na EI que tornam sua presença minoria nesta etapa da Educação, a presente pesquisa traz como objetivo geral identificar motivações que levam os educadores homens a não estarem tão presentes na docência da EI quanto às mulheres. E como objetivos específicos, busca compreender os indícios históricos sobre a docência, uma profissão feminina, entender o conceito e a evolução histórica das questões de gênero e analisar a figura masculina na EI.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

A presente pesquisa caracteriza-se como mista, de cunho bibliográfico, documental e exploratório. O estudo foi conduzido através de leituras em autoras nas áreas de Educação e Gênero, como LOURO (1989) e (2011), SCOTT (1995) e WILLIAMS (1995), além de documentos oficiais como o Censo Escolar (2007, 2017, 2023) e documentos normativos como a LDB (BRASIL, 1996), o RCNEI (BRASIL, 1998), as DCNEI (BRASIL, 1999) e a BNCC, (BRASIL, 2018).

Além disso, para compreender como se apresentam as pesquisas mais atuais pautadas nas áreas de Educação e Gênero, foi conduzido um levantamento na plataforma Capes e na SciELO, a fim de levantar dados em artigos científicos que abordam a presença ou ausência do professor homem na EI. Como critério temporal para esta pesquisa, foram selecionadas as produções científicas publicadas nos últimos dez anos no idioma português e os marcadores utilizados no levantamento foram “professor”, “homem”, “gênero” e “educação infantil”. Como resultado desta busca, na plataforma Capes foram encontrados dez artigos, enquanto na plataforma Scielo não obtivemos resultados utilizando os critérios estabelecidos. Deste modo, a presente pesquisa irá analisar apenas os artigos encontrados na plataforma Capes.

2 A FIGURA MASCULINA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

2.1 Um recorte da profissão feminina: Índícios históricos no Brasil

A profissão de docente é vista por muitos como uma função feminina, sendo mais comum encontrar professores homens atuando nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. A presença das mulheres no Brasil teve início no século XIX com escolas improvisadas, ou seja, que não mantinham vínculo com o Estado. Conforme a história da profissão docente, pode-se perceber que o magistério se tornou uma ocupação majoritariamente feminina, esta transformação reflete até hoje na conjuntura do quadro docente das Instituições de ensino (Xavier, 2014).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

As trabalhadoras que já estavam presentes no espaço público por meio do trabalho, majoritariamente doméstico, continuaram por muitas décadas sem acesso à escola. Entretanto, aquelas que possuíam condição, brancas e da classe média, pouco a pouco iam conquistando seu espaço, frente ao cenário profissional relacionado à educação (Lima, 2015).

No Estado de São Paulo, o Projeto de Lei de 1830 instaurou as Escolas Normais para formação de professores e professoras e declarou a preferência às mulheres, sendo que o acesso efetivo delas à Escola Normal deu-se em 1875 e em 1880 com a criação de uma seção feminina (Louro, 1989), sendo que a partir do século XIX, os homens vão abandonando a profissão e os cursos normais vão se espalhando pelo país formando muitas mulheres.

Interessante observar que o primeiro Censo do Professor realizado em 1997 e viabilizado com o apoio das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, que colaboraram na distribuição de 1.617.611 questionários, respondidos por professores das redes pública e particular de ensino básico (Brasil/MEC/INEP, 1999), mostrava que 14,1% da categoria era composta por homens e 85,7% mulheres, apontando para a feminização da Educação Básica, do ponto de vista de gênero do professorado.

Dez anos após este levantamento, temos os dados apresentados pelo Censo Escolar de 2007, que apontam que nas creches, na pré-escola e nos anos iniciais do ensino fundamental, o universo docente é predominantemente feminino (98%, 96% e 91% do grupo docente formado por mulheres, respectivamente). No entanto, estes dados também indicam que a cada etapa da Educação Básica, amplia-se a participação dos homens, que representam 8,8% nos anos iniciais do ensino fundamental, 25,6% nos anos finais e chegam a 35,6% no ensino médio (INEP, 2007).

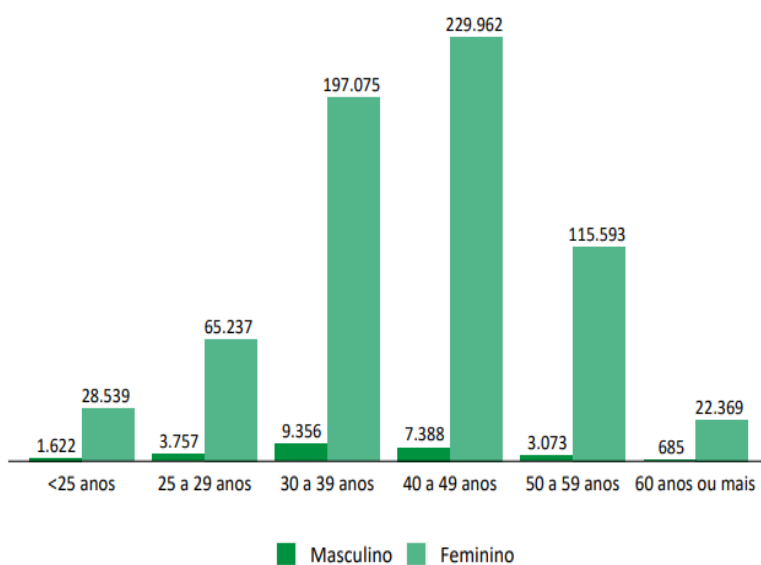


Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

Na década seguinte, as respostas das pesquisas do Censo Escolar (2017) seguiram afirmando que as mulheres são maioria na docência realizada na EI, sendo 96,6% dos docentes da EI pessoas do gênero feminino. Destas professoras, 54,4% têm menos de 40 anos e apenas 1,8% das mesmas possuem mais de 60 anos (BRASIL, MEC/INEP, 2017).

Os dados mais recentes que temos sobre a Educação Básica são apresentados pelo Censo Escolar de 2023. Nele, vemos que 2,4 milhões de docentes atuam na Educação Básica, sendo que deste total, 79,5% (1,9 milhão) são mulheres. Além disso, este Censo Escolar registrou mais de 144 mil profissionais em cargos de direção, sendo 81,6% (cerca de 117 mil) diretoras (BRASIL, MEC/INEP, 2023). Na EI, as mulheres são praticamente a totalidade de quem educa: 97,2%, nas creches e 94,2%, na pré-escola, como é possível observar no gráfico abaixo.

Gráfico 1 - Número de docentes na Educação Infantil, segundo faixa etária e sexo



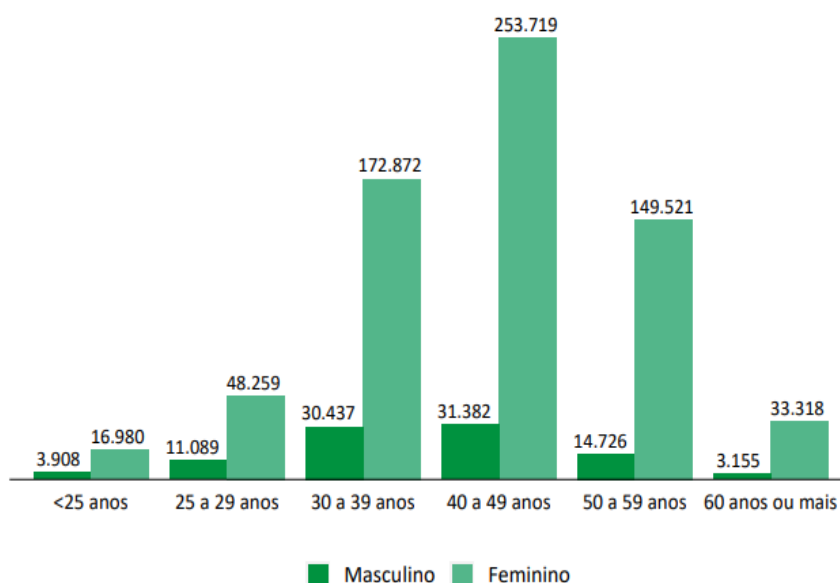
Fonte: Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2023).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

Além disso, a prevalência das mulheres em outras etapas da Educação Básica segue constante, já que no Ensino Fundamental (Anos Iniciais e Anos Finais), as mulheres são 77,5% dos 1,4 milhão de docentes, e no Ensino Médio, elas representam 57,5% do total de 545.974 em todo o país (INEP, 2023). Para ilustrar esta afirmação, no Gráfico 2, podemos observar a prevalência de mulheres atuantes como docentes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e no Gráfico 3, apresenta-se a situação da docência nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Gráfico 2 - Número de docentes nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, segundo faixa etária e sexo.

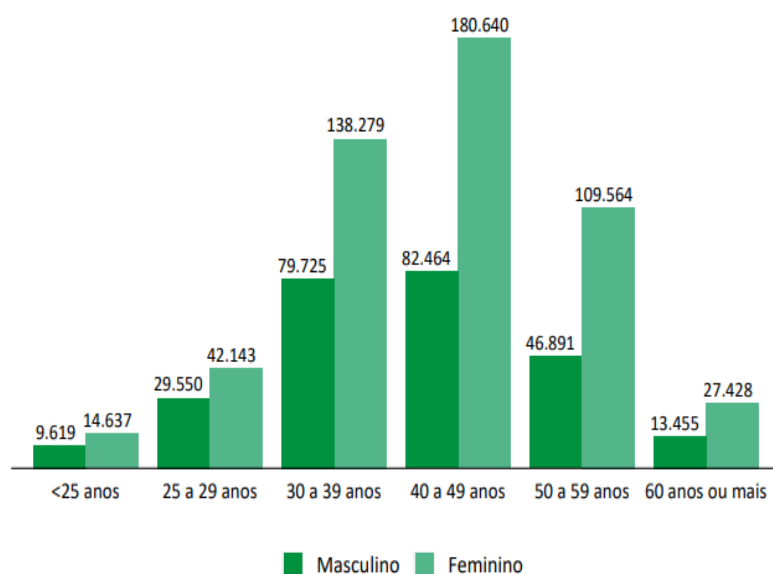


Fonte: Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2023).



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

Gráfico 3 - Número de docentes nos Anos Finais do Ensino Fundamental, segundo faixa etária e sexo



Fonte: Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2023).

A presença feminina no meio educacional sempre foi forte e os gráficos apresentados deixam claro que as mulheres prevalecem na docência em diferentes etapas da Educação Básica e isso nos faz indagar sobre a baixa presença de homens na Educação Básica, principalmente na EI. Autores das áreas de gênero e educação apontam alguns fatores que parecem colaborar para que os homens não exerçam a docência na EI tanto quanto às mulheres, podendo estes estarem pautados em normas sociais, estereótipos e preconceitos de gênero presentes na sociedade e que precisam ser revisados na atualidade, como veremos na sequência.

2.2 Questões de Gênero: conceito e evolução histórica



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

As discussões relacionadas à interlocução entre Gênero e Educação é algo relativamente recente e para poder refletir sobre a temática, serão expostos alguns dos principais estudiosos no assunto. Os estudos de gênero foram consolidados nos últimos 40 anos, na produção científica do campo das Ciências Humanas e Sociais, a maioria do público que realizou essas pesquisas foram mulheres com foco em estudar a subordinação do gênero feminino (Medrado, 2008). Historicamente essas vêm sendo a grande pauta das lutas feministas e através dos movimentos feministas muitos estudos foram se ampliando.

No entanto Sayão (2005) esclarece que o próprio movimento feminista percebeu que argumentar somente sobre gênero com foco apenas nas pautas sobre o feminino seria excluir a importância das discussões no que diz respeito ao masculino. Assim, o gênero passa a não ser somente estudado do ponto de vista das mulheres, mas também do ponto de vista dos homens.

Para Louro (2011), a introdução do conceito de gênero serve como uma ferramenta analítica e política. Rejeitando um determinismo biológico subentendido no uso de termos como sexo ou diferença sexual, as anglo-saxãs desejavam acentuar o caráter substancialmente social das distinções baseadas no sexo. Ao dirigir o foco para o social, não se nega, como afirma Louro (2011, p. 26), que o gênero se “constitui com ou sobre corpos sexuados, ou seja, não é negada a biologia, mas enfatizada, deliberadamente, a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas”.

Ademais, de acordo com Scott (1995, p. 21) o gênero “[...] é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos” e ainda conforme a mesma autora “[...] é a forma primeira de significar as relações de poder”. Baseando-se nas duas preposições comentadas pela autora podemos ver a relação de poder, ligadas a relações de sexos, fazendo a reflexão para o foco na pesquisa o trabalho de homem e o trabalho de mulher. A autora ainda destaca mais quatro itens que estão totalmente relacionados na construção de gênero e que também operam entre si, sendo eles:



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

- 1) “[...] Símbolos culturais que evocam representações simbólicas (frequentemente contraditórias) e que variam em diferentes culturas. Cita como exemplos: Eva e Maria, como símbolo da mulher, na tradição cristã do Ocidente; como também mitos de luz e escuridão, inocência e corrupção, dentre outros;
- 2) Conceitos normativos que estão presentes nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas, e se configuram em uma oposição binária, que afirma o sentido do masculino e do feminino de forma categórica e a posição dominante como a única possível;
- 3) Noção de fixidez presente na representação binária dos gêneros, cuja origem precisa ser buscada historicamente, incluindo uma noção política, relativo às instituições e às organizações sociais;
- 4) Identidade subjetiva, demanda uma interrogação histórica da construção e da atualização concreta das identidades de gênero relacionada com uma série de atividades, organizações sociais e representações culturais (Scott, 1995, p. 23).

Como bem destacou Scott (1995) as questões de gênero vêm sendo estudadas através dos fatos históricos que muitas vezes respingam ainda no presente fazendo distinções de trabalhos tidos como masculinos e outros tidos como femininos reverberando preconceitos em diversos campos da sociedade.

A argumentação de Scott (1995, p.22) possibilita perceber que “[...] o gênero é um campo primeiro no seio do qual ou por meio do qual o poder é articulado [...]” persistente e recorrente de tornar a eficácia da significação do poder e que organiza a vida social. A autora ainda comenta que os papéis femininos e masculinos na sociedade são amplos e não incluem somente pautas de sexo, mas também de classe social e a raça, já que esses estruturam o ambiente sociocultural dos envolvidos (Scott, 1995).

Sobre as reflexões de gênero no ambiente escolar devemos levar em conta que a escola é o espelho da sociedade, já que é constituída por vários de seus integrantes e por vezes, são permeadas de concepções preconceituosas, que impactam diferentes indivíduos, inclusive o homem. Observa-se que na Educação Básica, os homens estão mais concentrados na docência em Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

sendo raramente encontrados na EI e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Isto pode estar ligado a atribuírem à mulher o cuidado e o afeto de mãe, mesmo que não haja determinação de gênero para a afetividade e muito menos, compulsoriedade/obrigatoriedade de uma mulher ser cuidadora e afetiva com uma criança pelo mero fato de ser mulher. Por outro lado, o senso comum dissemina espanto com professor homem em sala de aula, sendo ele alvo de grande recusa das famílias como bem afirma Williams (1995).

Para Williams (1995), a cultura popular reforça, por meio de representações preconceituosas, a crença de que os homens que lecionam para crianças são anormais. Além disso, raramente retratam homens em ocupações consideradas femininas e quando isso acontece, eles são representados de maneira extremamente estereotipada e tendem a sofrer discriminações, como a não contratação motivada por medo de sua sexualidade.

Sabendo que a escola é marcada pela cultura e pelos contextos históricos e sociais, quem acaba indicando que o professor homem não é alguém qualificado para atuar na EI é a própria sociedade. Refletindo sobre a desigualdade entre homens e mulheres na EI destaca-se a fala dos autores Vianna e Ridenti (1998, p. 102) comentam que:

O problema do preconceito de gênero, que afeta meninos e meninas, homens e mulheres, nas salas de aula ou no espaço escola, tem base em um sistema educacional que reproduz, em alguns momentos, as estruturas de poder, de privilégios de um sexo sobre o outro em nossa sociedade e aparece até mesmo nos livros didáticos e nas relações escolares.

Assim refletindo neste contexto acreditamos que buscar promover diálogos nesta temática, posso auxiliar em mudanças culturais e sociais que apontem para os benefícios de se ter professores homens atuando em toda a Educação Básica ressignificando também seu papel na sociedade.

2.3 Figura masculina na Educação



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

A figura do homem na EI ainda é vista com preconceito e são raros os casos de encontrá-los nesta etapa da educação. Como afirma Cardoso (2006) são poucos os homens que optam pela docência com crianças pequenas, mas também são poucos os estudos os envolvendo, pois muitos centralizam-se na atuação do professor homem nos Anos Finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Refletindo sobre essa lacuna, serão apresentados autores que retratam a figura masculina na Educação Infantil através das reflexões realizadas em seus estudos.

Considera-se relevante, antes de adentrarmos nos estudos sobre a figura masculina no âmbito educacional, em especial na EI, compreender como é que um homem se torna homem na sociedade contemporânea. Isto porque, para estudiosos como Badinter (1993 apud PEREIRA, 2016, p. 79) “tornar-se homem na civilização ocidental envolve fatores psicológicos, sociais e culturais que vão além da genética”. Tornar-se homem é uma completa cobrança tanto da família, quanto da sociedade, pois muitos esperam que você (homem) desempenhe seu papel social como advogado, policial, sargento, médico, gerente, mas não como professor e quem dirá como profissional da Educação que trabalhe exclusivamente com a EI.

Analisando as questões de gênero retratadas até o momento, pode-se perceber que ainda no século XXI existem classificações de trabalhos ditos masculinos e também femininos. Conforme destaca Badinter (1993, apud Pereira, 2016, p.79), “desde o surgimento do patriarcado, o homem sempre se definiu como ser humano privilegiado, dotado de alguma coisa a mais, ignorada pelas mulheres. Ele se julga mais forte, mais inteligente, [...]. E este mais justifica na relação hierárquica com as mulheres [...].”

Partindo desta perspectiva de privilégios e hierarquias que ecoam na sociedade a figura do homem na educação em meados do século XX era vista com estranhamento. Questões como: “Que homem vai querer exercer uma profissão dita feminina?” “Como este irá manter sua família com os baixos salários?” eram comuns. Um intelectual da época,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

Afrânio Peixoto ousou em um de seus discursos chamar “o professor primário de aberração” (Afrânio Peixoto, 1936, p. 98-99 apud Lopes, 2002, p.81), indicando grande preconceito de gênero. Partindo deste comentário e das muitas reflexões que são feitas a cada leitura, questiona-se se comentários como esses não fazem com que os homens sejam minoria nas escolas da EI.

3 METODOLOGIA

Este artigo se caracteriza como uma pesquisa mista, de abordagem qualitativa e quantitativa, de natureza básica e com fundamentação teórica respaldada por revisão bibliográfica sobre a presença do homem enquanto professor na EI. O enfoque qualitativo apresenta as seguintes características: o pesquisador é o instrumento-chave, o ambiente é a fonte direta dos dados, não requer o uso de técnicas e métodos estatísticos, têm caráter descritivo, o resultado não é o foco da abordagem, mas sim o processo e seu significado, ou seja, o principal objetivo é a interpretação do fenômeno objeto de estudo (Godoy, 1995B; Silva; Menezes, 2005).

Para mais, a maioria dos dados analisados neste tipo de pesquisa não são variáveis. Assim, na abordagem qualitativa, a pesquisa tem o ambiente como base de coleta dos dados. O pesquisador mantém contato com o ambiente e o objeto de estudo em questão, necessitando de um trabalho mais intensivo de campo.

Já o aspecto quantitativo desta pesquisa, relaciona-se ao uso de dados numéricos apresentados pelo Censo Escolar de 2007, 2017 e 2023, que apontam a quantificação de professores e professoras atuantes nas diferentes etapas da Educação Básica, inclusive na Educação Infantil. A análise estatística destes dados, contribui para a compreensão da realidade encontrada pelos docentes homens nas escolas de EI em todo o País.

Sendo que, para Prodanov e Freitas (2013, p. 54), pesquisa com abordagem bibliográfica,



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

[...] elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de: livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material cartográfico, internet, com o objetivo de colocar o pesquisador em contato direto com todo material já escrito sobre o assunto da pesquisa. Na pesquisa bibliográfica, é importante que o pesquisador verifique a veracidade dos dados obtidos, observando as possíveis incoerências ou contradições que as obras possam apresentar (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 54).

A presente pesquisa também apresenta natureza básica, visto que, conforme Appolinário (2004, p.146), a pesquisa básica busca o “avanço do conhecimento científico sem nenhuma preocupação, a priori, com a aplicabilidade imediata dos resultados a serem colhidos”. Essa característica da pesquisa básica vai de encontro com este estudo, uma vez que esta pesquisa não promoverá a aplicação direta do conhecimento na prática ou na sociedade, mas auxiliará na fundamentação deste debate tão significativo.

Neste sentido, buscou-se levantar informações acerca do tema “A presença do homem como professor na EI” e identificar o que já foi pesquisado e publicado referente ao tema. Primeiro, iniciou-se a pesquisa nas bases de dados do SciELO e no Portal de Periódicos da CAPES, utilizando as seguintes palavras chaves: professor, homem, gênero e educação infantil. Como critério para seleção, foram utilizados os seguintes filtros: data de publicação, considerando as publicações feitas, nos últimos 10 anos (2014-2024), assim como publicações no idioma português, de tipo acesso aberto, somente artigos (excluindo dissertações e teses), produção nacional, revisados por pares e área das ciências humanas.

Depois, foi realizada a leitura dos artigos encontrados somente na plataforma CAPES, pois, seguindo os critérios estipulados, não foram encontrados artigos na plataforma SciELO. Inicialmente realizou-se a leitura dos resumos destes artigos para verificar os quais mais se aproximam da temática abordada neste estudo. Na sequência, os artigos foram organizados conforme a proximidade com o objetivo dessa pesquisa e, os selecionados, foram lidos na íntegra, de forma a permitir uma análise mais aprofundada.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

Para facilitar a visualização dos resultados obtidos na pesquisa, organizou-se uma tabela com os seguintes dados: título, autores, ano de publicação e periódico. Após a elaboração da tabela e da leitura sistemática dos artigos selecionados, elaborou-se uma análise sobre contribuições de cada texto para o campo das teorias de gênero, para a Educação e para a presente pesquisa.

4 ANÁLISES

Nesta seção, são apresentados no Quadro 1, os artigos selecionados no levantamento realizado, bem como seus respectivos metadados. Na sequência, apresenta-se uma análise sobre cada artigo e uma reflexão sobre as contribuições de cada estudo para as discussões relacionadas à temática de gênero e Educação. Os artigos foram analisados sob a perspectiva da atuação do homem como docente na Educação Infantil, bem como sua presença e/ou ausência neste segmento da Educação Básica.

Quadro 1- Artigos selecionados e analisados

Título do artigo	Autor(es/as)	Ano	Periódicos
Representações sociais de pais sobre a atuação de homens como educadores de 0-3 anos.	GONÇALVES, Peres Josiane; FARIA, Adriana Horta de.	2015	CAPES
“Ser homem” e “ser pedagogo”: relações de gênero nos caminhos da profissionalização.	ZANETTE, Jaime Eduardo; DAL’IGNA, Maria Cláudia.	2018	CAPES
Homens na educação infantil: gênero como marcador da condição docente	SOUZA, Rayffi Gumercindo Pereira de; CAMPOS, Kátia Patrício Benevides; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de.	2022	CAPES
Reflexões do homem na profissão docente: por uma decolonização do corpo masculino.	SOUZA, Wanderson William Fidalgo de; FILHO, José Gomes da Silva; COSTA, Fábio Soares de.	2022	CAPES



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

Há acesso para professores homens na educação infantil?	SILVA, Renan Mota FORTES, Karla Percilia da Silva; COELHO, Elisângela Madeira; CARVALHO, Nely Monteiro dos Santos de.	2023	CAPES
---	--	------	-------

Fonte: produção do autor (2024).

De acordo com os fundamentos teóricos apresentados até o momento, a presença do homem como docente na EI ainda é minoria perto da presença da mulher, destacando-se pela sua ausência e não pela sua presença. Para compreender como outros autores contemporâneos à presente pesquisa abordam a temática, nesta seção, será traçada uma análise sobre os artigos selecionados, buscando estabelecer se eles convergem ou divergem do referencial teórico da pesquisa.

O artigo “Representações sociais de pais sobre atuação de homens como educadores de crianças de 0-3 anos” dos autores Gonçalves e Faria (2015), teve como objetivo investigar as representações sociais dos pais e das mães de crianças matriculadas em turmas da EI, com idade de 0-3 anos, sobre a atuação de homens como professores nessa etapa da Educação Básica. Utilizando a metodologia qualitativa através da coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas, os autores do texto através dos resultados da entrevista apontam que a presença do professor homem na EI seria visto pelos pais com estranheza, pois só encontram mulheres atuando com crianças desta faixa etária de 0-3 anos o que os deixaria espantados.

Além disso, os autores indicam que os pais participantes da pesquisa, acreditam que os professores homens podem executar as tarefas ligadas à educação, mas não devem ser, de forma alguma, relacionadas ao cuidado físico das crianças. Quanto ao binômio de educar e cuidar retratam que educar pode ser feito por homens, pois faz parte do processo de escolarização, já o cuidar envolve os serviços de banho e troca de fraldas e isso seria



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

inquietante para os pais que temem com casos de negligência do homem responsável pela turma.

O artigo “Ser homem e ser pedagogo: Relações de gênero nos caminhos da profissionalização” dos autores Zanette e Dal’Igna (2018), teve como objetivo refletir sobre as relações de gênero que se configuram nos caminhos da profissionalização de homens (futuros) pedagogos. Utilizando a metodologia qualitativa fazendo como coleta de dados a entrevista, os autores do texto apontam que um pressuposto de gênero que reduz o homem professor à sua masculinidade, pode contribuir para afastá-lo do exercício da docência na EI, visto que o sexismo aparentemente, colabora para que esses homens sejam incluídos em cargos administrativos, afastando-os da sala de aula. Os autores apontam que diferentes movimentos no interior da carreira docente posicionam os homens em cargos de liderança que indicam a característica considerada “natural” para um homem, utilizando de argumentos de que o professor não pode ocupar seu lugar como “provedor do lar” quando escolhe atuar na área da Pedagogia voltada à docência e não a gestão.

O artigo “Homens na educação infantil: Gênero como marcador da condição docente”, dos autores Souza, Campos e Carvalho (2022), teve como objetivo discutir gênero como um marcador da condição docente no início da vida escolar. Utilizando a metodologia qualitativa de cunho bibliográfico, os autores do texto relatam que é possível construir novas representações positivas de masculinidades e da docência exercida por homens na EI quebrando paradigmas envolvendo maternagem, favorecendo assim para o exercício da docência feita por homens na EI. Os autores também argumentam que a inclusão de homens como professores da EI podem contribuir para um alargamento de modos da sociabilidade e subjetividade comprometendo com a ruptura das relações de desigualdades de gênero, construções de masculinidades cuidadosas e beneficiando a educação das novas gerações em uma construção de percursos menos sexistas e mais igualitários.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

O artigo “Reflexões do homem na profissão docente: por uma decolonização do corpo masculino”, dos autores Sousa, Filho e Costa (2022), teve como objetivo apresentar reflexões sobre as relações estabelecidas entre corpo, gênero e educação. Utilizando a metodologia qualitativa e descritiva de cunho (auto)³ biografia. Os autores do texto relatam que os atravessamentos formativos possuem relações entre gênero e educação sendo eles densos e complexos conectando desafios e conquistas no percurso formativo da docência. Também pontuam a necessidade de exercitar e colocar em circulação pensamentos e discussões sobre o homem na docência, sobretudo na EI descolonizando pensamentos e ações, tanto na escola quanto na sociedade, com o objetivo de promover conquistas para a própria Educação e ampliar horizontes na construção de novos conhecimentos significativos ao processo de formação docente. Por outro lado, os autores constataram algumas barreiras sociais que devem ser enfrentadas principalmente às referente às relações de gênero sobre o preconceito sofrido pelos homens tornando como ideal os espaços inclusivos e sem estigmatização seculares.

O artigo “Há acesso para professores homens na educação infantil?”, dos autores Silva, Fortes, Coelho e Carvalho (2023), teve como objetivo descrever e analisar as publicações científicas sobre a prevalência, dificuldades e possibilidades enfrentadas por esses homens. Utilizando a metodologia qualitativa de cunho bibliográfico, os autores do texto apontam que existem poucas pesquisas sobre a temática, apesar de se observar um aumento de publicações a partir da década de 1990. O artigo reforça que a presença masculina na EI gera controvérsias, já que o magistério com crianças é historicamente atribuído às mulheres, fazendo com que os professores homens encontrem dificuldades na sua prática diária e questionamentos relacionados com a sua orientação sexual, discriminação e preconceito.

³ Os autores fazem uma reflexão autobiográfica sobre a experiência enquanto professores homens atuantes na EI.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

Considerando as análises feitas dos artigos selecionados e dos referenciais selecionados que embasaram esta pesquisa, buscou-se trazer apontamentos significativos sobre a ausência dos homens na EI e além disso, o estudo também buscamos identificar possíveis motivações que levam os educadores homens a não estarem tão presentes na docência da EI quanto às mulheres.

Através dos estudos conduzidos por Silva, Fortes, Coelho e Carvalho (2023) observou-se que a presença masculina na EI gera controvérsias, já que o magistério com crianças é historicamente atribuído às mulheres, tornando o acesso dos homens mais difícil com discriminação e preconceito. Tornando-se para alguns homens um tabu trabalhar nas turmas pertencentes a EI por falta de abertura das escolas ou medo de preconceitos por serem estereotipados como incapazes de cuidar de crianças bem pequenas.

Diante disso, os autores Gonçalves e Faria (2015) constataram no estudo de caso que realizaram por meio de entrevista com pais de crianças frequentadoras de escolas de EI, que estes indicam estranheza em terem como educador de seus filhos um professor homem, principalmente com as crianças de 0- 3 anos, pois não conseguem imaginar os homens com esse olhar cuidadoso que é necessário nesta etapa da EI, os rotulando como incapazes de realizarem trocas de fraldas e temendo com a possível negligência dos profissionais.

Refletir sobre a ausência do homem na EI é pensar em como esses homens são vistos neste ambiente que a mulher prevalece como constataram as pesquisas analisadas essa ausência se dá muito pelo medo do preconceito, rotulação e cobrança excessiva dos pais que ainda acham essa presença do homem na EI algo improvável e estranho.

Diante do exposto, constata-se que na área educacional ocorrem diversos estereótipos que afastam os homens das funções educacionais com crianças menores e que discussões relacionadas com a sua presença enquanto educadores na EI, ainda precisam ser aprofundadas no meio acadêmico e no meio educacional. Essas discussões



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

devem visar a necessidade de mudanças na realidade das escolas, além de garantir um espaço diverso e inclusivo, onde profissionais sejam valorizados e respeitados não por questões relacionadas ao seu gênero, mas sim por suas formações acadêmicas, experiências e qualificações profissionais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O educador(a) tem um papel importante na EI o de cuidar e o de educar bebês e crianças no espaço escolar, zelando pelo seu bem-estar, higiene, segurança, socialização, aprendizagem e desenvolvimento integral. Essas duas ações são conjuntas, já que enquanto a professor(a) educa, também está cuidando e enquanto cuida, está do mesmo modo, educando. Até porque, como o MEC (2009, p. 12) postula, este é um “binômio indissociável constituindo um princípio na educação infantil que deve nortear a discussão sobre currículo para este nível de ensino”.

Durante as investigações teóricas conduzidas neste estudo, pôde-se constatar a presença predominante das mulheres na docência da EI. Como visto, os próprios dados do Censo Escolar de 2023, apontam que as mulheres ocupam 79,5% dos cargos de docentes atuantes na Educação, e especificamente no âmbito da Educação Infantil, 96,2% dos docentes são do sexo feminino. Esses dados indicam que além da EI ser um espaço de atuação profissional predominantemente feminino, os professores homens estão consideravelmente ausentes nestes contextos.

Sendo utilizado como argumentação para essa presença a vocação materna, comumente atribuída às mulheres, já que esta etapa da educação básica atende crianças pequenas de 0 à 5 anos e 11 meses de idade, sendo algo raro a presença do homem nestes espaços. Cabe ressaltar que embora as mulheres possam exercer a maternidade, nem todas a desejam e nem por isso, deixam de realizar a sua função enquanto professoras nesta etapa da Educação Básica.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

Da mesma forma, aos homens é possibilitada a paternidade e deste modo, podendo ser capaz de cuidar de um/a filho/a, poderia também, por comparação à maternagem atribuída às mulheres, ser da mesma forma bem recebido nos ambientes de EI. No entanto, observa-se que o cuidado maternal na EI é atribuído às mulheres, enquanto aos homens, atribui-se a desconfiança, o estranhamento e o preconceito ligado à sua sexualidade e motivações pessoais que o levam a estar neste espaço. Destacamos que, as análises dos artigos selecionados, corroboram para o entendimento de que na área educacional ocorrem diversos estereótipos que afastam os homens das funções educacionais com crianças menores e que sua presença enquanto educadores na EI é questionada pelos pais e estranhada pela sociedade.

O presente artigo objetivou, identificar possíveis motivações que levam os educadores homens a não estarem tão presentes na docência da EI quanto às mulheres. Através da análise do referencial teórico e dos artigos encontrados na plataforma Capes, constatou-se que o professor homem ainda é visto com estranheza na EI. Além disso, percebeu-se que o fator estranheza também se associa ao preconceito e estereótipos de gênero que impactam a escolha dos homens em lecionar para crianças menores e afastarem-se da docência na EI.

Por fim, considerando que a educação é feita de diversidade quanto mais contato com diferentes formas de linguagens, relações e as convivências, maior é o ganho das crianças em termos de relações humanas e referências, garantindo assim algo muito defendido pela BNCC (2019), o direito de “conviver”. No texto da BNCC (2019) vemos que o direito de conviver consiste em garantir que as crianças interajam com pessoas de diferentes idades, grupos e linguagens, tanto na escola, quanto na família e na sociedade.

Assim, promover ações que incluam mais professores homens na Educação Infantil é também uma forma de concretizar esse direito das crianças na EI. Consideramos que tornar um ambiente educacional inclusivo, que valorize a diversidade de experiências e perspectivas, aparenta garantir que a educação seja um espaço de aprendizado e crescimento para todos.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

Para concluir, consideramos importante para estudos futuros, trazer não somente como pauta a ausência dos homens na EI, mas também a sua contribuição como figura masculina para o desenvolvimento integral dessas crianças, visto que nem todas podem contar com figuras masculinas em seu convívio familiar e como futuro adulto terá que conviver com todos independentemente do gênero da pessoa, assim tornando a escola um ambiente acolhedor e inclusivo para todos e todas, para que enfim, a sociedade também o seja.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, Fabio. **Dicionário de metodologia científica**: Um guia para a produção do conhecimento científico. 1.ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ARAÚJO, Helena Costa. **As mulheres professoras e o ensino estatal**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 29, p. 81-103, 1990.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional- LDB - Lei nº 9394/96**. Brasília: MEC, 1996 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf. Acesso em: 29 out 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 29 out 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC, 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_ceb_0199.pdf. Acesso em: 29 out 2024.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 29 out 2024.

BRASIL. MEC/INEP. **Censo do Professor**, 1999. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/EBPR.pdf>. Acesso em: 29 out 2024.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

BRASIL. **Censo do Professor**, 2007. Disponível em:
<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/estudoprofessor.pdf>. Acesso em: 29 out 2024.

BRASIL. **Censo do Professor**, 2017. Disponível em:
https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_da_educacao_basica_2017.pdf. Acesso em: 29 out 2024.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Resumo técnico: Censo Escolar 2023. Brasília, 2023. Disponível em:
https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2023.pdf. Acesso em 10 out 2024.

BRUSCHINI, Cristina. **Trabalho das mulheres no Brasil**: continuidades no período de 1985-1995. Textos FCC, n. 17. São Paulo: Fundação Carlos Chagas/DPE, 1998.

CARDOSO, Lindabel Delgado. **A Política Educacional no Município de Guarulhos/ SP- Gestão 2001-2004: da construção da Rede Municipal de Educação ao Projeto Político Pedagógico.2006** [s.n.]. Dissertação (Mestrado em Educação: Programa de Pós- graduação em educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2006.

FARIA FILHO, Luciano; VIDAL, Diana Gonçalves. **Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, Número Especial, p. 19-34, 2000.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de Pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: ed. Atlas, 2008.

GODOY, Arlida Schmidt. Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, Mar./Abr. 1995B.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

MEDRADO, Benetido; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(3), 2008. p. 809-840.

PEREIRA, Maria Arleta Bastos. **Professor homem: O estrangeiro na educação infantil**. 1.ed. Curitiba: Appris, 2016.

PERES GONÇALVES, Josiane; HORTA DE FARIA, Adriana. Representações sociais de pais sobre atuação de homens como educadores de crianças de 0-3 anos. **Educação: Teoria e Prática**, [S. l.], v. 25, n. 49, p. 282–297, 2015.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LIMA, Admilson Marinho. **Feminização do trabalho docente**. XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, SC. 27 a 31 de julho de 2015.

LOPES, Eliane Marta Teixeira. A psicanálise aplicada às crianças no Brasil: Arthur Ramos e a “Criança problema”. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR, Moysés(orgs). **Os intelectuais na história da infância**. São Paulo: Cortez, 2002, p.319-372.

LOURO, Guacira Lopes. **Magistério de 1º grau: um trabalho de mulher**. Educação e Realidade, v. 14, n. 2, p. 31-39, 1989.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 13ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Edwar Carvalho. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

SAYÃO, Deborah Thome. Relações de gênero e trabalho docente na educação infantil: um estudo de professores em creches. 2005. 274f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero**: uma categoria útil para análise histórica. 1995.

SILVA, Edna; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4 ed. Florianópolis: UFSC, 2005.



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Campus Farroupilha

SILVA, Renan Mota; FORTES, Karla Percília da Silva; COELHO, Elisângela Madeira; CARVALHO, Nely Monteiro dos Santos de. Há acesso para professores homens na educação infantil? **EccoS – Revista Científica**, [S. l.], n. 66, p. e22845, 2023.

SOUSA, Wanderson William Fidalgo de; SILVA FILHO, José Gomes da; COSTA, Fábio Soares da. Reflexões do homem na profissão docente: por uma decolonização do corpo masculino. **Perspectivas Em Diálogo: Revista De Educação E Sociedade**, v.9, p. 248-262, 2022.

SOUZA, Rayffi Gumercindo Pereira de; CAMPOS, Kátia Patrício Benevides; CARVALHO, Maria Eulina Pessoa. Homens na educação infantil: gênero como marcador da condição docente. **Perspectivas Em Diálogo: Revista De Educação E Sociedade**, v.9, p.123-138, 2022.

VIANNA, Claudia; RIDENTI, Sandra. Relações de gênero e escola: das diferenças ao preconceito. In: AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

WILLIAMS, Christine. **Still a man's world: mens do womens work**. Berkeley: University of California Press, 1995.

XAVIER, Libânia Nacif. **A Construção social e histórica da profissão docente**. Rev. Brasileira de Educação. Rio de Janeiro, v. 19, n. 59, p. 827-849, 2014.

ZANETTE, Eduardo Jaime; DAL'IGNA, Cláudia Maria. Ser homem e ser pedagogo: relações de gênero nos caminhos da profissionalização. **Textura**, v. 20, n. 43, p.122-150, 2018.